

Resenhas

Depois da Queda, A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real

Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida

Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002

Completamos no ano 2000 a notável marca de 20 anos de crescimento econômico medíocre, duas décadas perdidas. Entre os economistas brasileiros pairam ainda muitas dúvidas sobre as causas de nossos descaminhos recentes. Após crescimento exemplar durante quase cinqüenta anos, amargamos agora uma longa estagnação que parece nunca terminar. Afinal de contas, o que ocorreu?

O livro dos professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida constitui referência fundamental para o entendimento desse problema. A partir de uma riquíssima interpretação keynesiana do comportamento de nossa economia nesses últimos vinte anos, oferecem o que parece ser um dos principais diagnósticos acerca de nossa estagnação recente: a ruptura do padrão monetário brasileiro a partir da crise da dívida do início dos 80. Num duplo esforço, teórico e empírico, os autores procuram explicar o que ocorre com a economia brasileira “depois da queda”. Além de um minucioso estudo dos nossos últimos vinte anos de política econômica — “da crise da dívida aos impasses do real” — desenvolvem uma discussão teórica com grande inspiração em Keynes que serve de base para o entendimento do período que se propõem a estudar no livro.

Revisitando o eterno debate entre keynesianos e neoclássicos sobre a questão da neutralidade da moeda numa economia capitalista, fazem com maestria da página 26 a 91 o que se poderia considerar um tratado sobre “dinheiro, riqueza e crise na visão keynesiana”. Desenvolvem em dois capítulos o *core* da teoria monetária keynesiana. De Wicksell ao debate de Keynes com Ohlin so-

bre o “motivo finance”, passando pelo problema da autonomia nacional na gestão da moeda, Kalecki e Minsky. Uma administração monetária adequada pelo Estado torna-se condição *sine qua non* para o crescimento econômico.

Ao apresentar e desenvolver argumentos de Keynes do *Treatise on Money* e da *Teoria Geral* oferecem ao leitor uma das chaves para entender a economia brasileira pós-crise da dívida. Nos termos dos autores, “a moeda e a confiança nela são fenômenos coletivos, sociais. Tenho confiança na moeda porque sei que o outro está disposto a aceitá-la como forma geral de existência do valor das mercadorias particulares, dos contratos e da riqueza. O metabolismo da troca, da produção, dos pagamentos depende do grau de certeza na preservação da forma geral do valor, que deve comandar cada ato particular e contingente. A reprodução da sociedade fundada no enriquecimento privado depende da capacidade do Estado de manter a integridade da convenção social que serve de norma aos atos dos produtores independentes”.

Sem entrar na discussão moeda afeta preços, moeda afeta produto, curto prazo, longo prazo, etc, é importante destacar, desde logo, uma das possíveis maneiras de se interpretar o livro. Lança em sua primeira etapa a hipótese de não neutralidade da moeda, para então testá-la na seqüência ao estudar a evolução de nossa economia. Se a hipótese da moeda neutra estiver correta, o diagnóstico dos autores não mais se sustenta; afinal de contas uma ruptura de um padrão monetário só é relevante para uma economia onde a moeda importa.

É dentro dessa linha que o trabalho se desdobra. A partir de uma discussão detalhada de nossos mais importantes lances de política econômica nos anos 80 e 90, procura descrever a luta de diversas gestões econômicas contra a hiperinflação na busca da reconstrução de um novo padrão monetário. Desde a crise do final dos 70 e o ajuste recessivo no início dos 80, passando pelos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II até a fase do Real, vão descortinando os diversos arranjos (inconsistências) macroeconômicos em que operamos ao longo desses anos. No percurso, discutem vários pontos essenciais ao entendimento da dinâmica de nossa economia no período: a “financeirização dos preços”, a consequência da introdução das quase-moedas na gestão de nossa política monetária, a crise do setor público, entre outros.

O arranjo de sucesso dos 60 e 70 não encontra sucessor. Nas palavras dos autores, “a assimetria verificada no ajustamento entre setor público e setor privado, o aprofundamento da crise financeira do Estado no decorrer dos 80, além do progressivo afastamento do capital estrangeiro após

a “crise da dívida externa” representaram o fim de uma “convenção” que servia de amparo às decisões privadas. Este trabalho procura demonstrar que não foi possível restaurar ou substituir aquelas convenções apenas mediante a preservação patrimonial e a garantia de acumulação “fictícia” das empresas privadas, durante e após o ajustamento recessivo”.

Além do desenvolvimento teórico e da minuciosa descrição e análise dos fatos e dados macroeconômicos, o trabalho conta ainda com importante levantamento sobre o comportamento e a rentabilidade de empresas e bancos, tanto públicos quanto privados, durante a década de 80. Não se limitam os autores a apenas discussões teóricas, desenvolvem também, com muito vigor, a parte empírica da obra. Por tudo isso, não parece exagero dizer que o livro deverá se instalar como referência obrigatória para a análise da economia brasileira no período em questão.

Paulo Gala

Mestre e doutorando pela FGV-SP

Em Busca de Novo Modelo

Celso Furtado

São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002

Celso Furtado está há muito em busca de um novo modelo de desenvolvimento, embora saiba que a definição de um projeto nacional não é tarefa de uma pessoa mas de toda uma nação. Em seu novo e breve livro, *Em Busca de Novo Modelo*, se o nosso economista maior não encontrou esse modelo, ele pensa com grandeza e a nos oferece pistas preciosas para reflexão.

Ele volta às raízes do desenvolvimento econômico: a revolução capitalista e a revolução científica. A interação entre esses dois processos deve ser buscada, de um lado, na intuição de Galileu de que a natureza seria racional e poderia ser reduzida a esquemas geometrizáveis; de outro, ao processo de acumulação capitalista que torna a racionalidade instrumental dominante.

Neste processo, porém, a industrialização tardia de países como o Brasil é muito diferente da que ocorreu nos países hoje desenvolvidos, porque enquanto nestes a inovação e a difusão combinam-se para responder às próprias necessidades das sociedades, naquelas a difusão é marcada pela ten-

tativa de imitação por parte das elites — as classes altas e as médias — dos padrões de consumo do centro.

Esta reprodução dos padrões de consumo, que foi central na análise dos anos 70 da teoria da nova dependência, e que resultou no que chamei então de ‘modelo de subdesenvolvimento industrializado’, continua central no pensamento de Furtado, na medida em que é ela que vai continuar a determinar hoje as duas tendências centrais das economias periféricas: (1) a propensão ao endividamento externo e (2) a propensão à concentração social da renda. Ambos os processos têm como matriz, segundo Furtado, a alta propensão a consumir das elites brasileiras em sua ansiedade em reproduzir o consumo central.

Comparando o Brasil com a Índia, ele nos apresenta dados poderosos em favor do seu argumento. Embora a Índia tenha uma renda por habitante que é um quinto da brasileira, sua taxa de poupança é consideravelmente maior do que a do Brasil. Como se explica isto? Porque a renda é mui-

to mais concentrada no Brasil nas classes altas e médias do que na Índia. Neste país os 20 por cento mais ricos controlam uma renda quatro vezes maior do que os 20 por cento mais pobres, enquanto que no Brasil essa relação é 32!

A busca da reprodução dos padrões de consumo norte-americanos está na raiz seja da concentração de renda, seja da baixa taxa de poupança: desta, dada a própria natureza da tentativa; daquela, na medida em que a demanda para os bens de consumo de luxo produzidos depende dessa concentração.

A primeira relação parece-me indiscutível. Já a segunda, eu creio que perdeu grande parte da sua validade. Nos anos 60 e 70, quando muitos dos bens de consumo de massa estavam restritos à classe média e à classe alta, a concentração de renda já existente era reforçada pelo tipo de bem produzido. Hoje, entretanto, quando os pobres já têm acesso a uma parte desses bens, e as empresas buscam desesperadamente atingir os pobres com seus bens e serviços, eu creio que o agravamento da concentração de renda, que continua a ocorrer, deve ser buscado antes no enfraquecimento relativos dos pobres em defender seus interesses, e no tipo de desenvolvimento tecnológico, que aumentou a demanda de trabalho qualificado enquanto que diminuía o de trabalho não-qualificado.

Para Furtado a acumulação capitalista marcha sobre dois pés — a inovação e a difusão. Ambos canalizam a enorme criatividade humana para a racionalidade instrumental. No processo de acumulação, os homens criam instituições ou formas sociais, que são a expressão superior da convivência política. Nesse sentido, as instituições refletem necessariamente valores, e, portanto, um pacto social que as legitime. As inovações institucionais têm um papel fundamental de reduzir os antagonismos e as tensões sociais. Entre essas instituições temos, de um lado, o pluralismo ideológico que alimenta as sociedades capitalistas liberais, e de outro, superideologias, como o ‘nacionalismo’, a ‘segurança nacional’, e a ‘civilização cristã’ que se invocam acima das estruturas de classe a fim de impor a disciplina social.

Mais importante na análise de Furtado, entretanto, é o fato de que as classes beneficiadas com essa concentração não se revelam à altura de seu papel de elites. Ao copiarem os padrões de consumo norte-americanos, não poupam para investir, e endividam o país no exterior. A acusação de prática do populismo econômico, que essas classes usam para atacar os políticos populares, é indevida porque é o consumo delas e não o dos pobres que leva ao déficit público e, principalmente, ao ‘po-

pulismo cambial’: a valorização artificial do câmbio, em nome do combate da inflação, para facilitar o consumo de bens e serviços com considerável componente importado. Não são os pobres que adquirem bens importados, nem que viajam para o exterior.

Celso Furtado concentra assim sua análise no consumo das elites, e nas conseqüências econômicas. Estou de acordo, mas eu seria ainda mais severo. É patético o fracasso político dessas elites. Enquanto as elites cafejeiras do Oeste paulista e mais tarde as elites industriais e tecnocráticas, que surgiram entre os anos 30 e os anos 50, foram notáveis em promover o desenvolvimento nacional, as elites de hoje, alienadas em um grau impensável, fracassam na sua missão de dirigir o país. Ao reproduzirem os padrões de consumo do centro — inclusive em suas tristes residências ‘neoclássicas’ que constituem uma irrisão para a grande arquitetura brasileira daquele período — reproduzem também, de forma acrítica, a ideologia externa. Ao invés de definir, caso a caso, qual o interesse nacional, e defendê-lo, preocupam-se apenas em ‘confidence building’. O que lhe interessa é saber o que os estrangeiros pensam do Brasil, não o que o Brasil pensa sobre seu futuro.

Celso Furtado intuiu este fato quando afirma que “o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no processo de decisão” (p. 36), mas em seguida, contraditoriamente, ele manifesta sua esperança de que os trabalhadores intelectuais ajam como uma vanguarda para evitar a mancha de irracionalidade se alastre. Não creio que os intelectuais tenham essa capacidade ou mesmo essa virtualidade. Só vejo esperança para o Brasil na medida em que a democracia se aprofunde, que círculos cada vez mais amplos da população se envolvam no debate público, tanto a nível local e setorial como a nível nacional, estabelecendo assim limites para a alienação das classes médias e altas.

Furtado tem toda a razão quando diz que a questão central é saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural e nacional. De forma talvez igualmente contraditória, estou seguro que a temos, não obstante toda a força da ideologia globalista, que insiste na tese da crescente debilitação dos estados nacionais. Na globalização os estados nacionais são mais interdependentes, mas precisam ser cada vez mais fortes. Globalização é competição entre empresas nacionais (convencionalmente chamadas de multinacionais) a nível mundial. O que os governos dos países ricos fazem é defender o capital e o trabalho nacio-

nais — ou seja, suas empresas nacionais. O Brasil não tem outra alternativa senão fazer o mesmo.

No final do livro, em um capítulo com o título “A Responsabilidade do Economista”, Furtado faz uma maravilhosa síntese de sua vida e sua obra, e dá conselhos preciosos aos jovens economistas.

Ele começa por definir o grande desafio que ele próprio enfrentou e que os jovens economistas de hoje ainda enfrentam: o de elaborar um corpo de teorias que explique, em termos esquematizados e simples, o funcionamento de uma economia subdesenvolvida e semi-industrializada como a brasileira. Como essa teoria ainda não existe, o economista sai da universidade com mais dúvidas perplexidades do que certezas.

O estruturalismo latino-americano, que Furtado ajudou a definir nos anos 50, foi uma tentativa de destacar a importância dos parâmetros não-econômicos nos modelos macroeconômicos. Como as variáveis econômicas evoluem no contexto histórico é impossível isolar o estudo da economia do seu quadro histórico. Como se vê, portanto, o institucionalismo tão em voga nos últimos anos tem pouco de novo.

Segundo nos diz Furtado, seu pensamento econômico se centrou na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, que, aliás, foi o título de um de seus livros mais importantes (1961). Para compreender o ‘atraso’ brasileiro ele chegou afinal à conclusão que o subdesenvolvimento não é um fenômeno de atraso, não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma forma particular de crescimento econômico resultante de um processo de dependência na qual está envolvida uma armadilha que mantém o país preso ao próprio subdesenvolvimento. A dependência se expressa na reprodução dos padrões de consumo do centro, e em duas conseqüências desse fato: a propensão ao endividamento externo e a propensão à concentração da renda. A idéia de que possa haver crescimento sem desenvolvimento esteve no centro de sua reflexão teórica, afirma Furtado.

Esta tese é pessimista, e não explica, por exemplo, como a Coréia foi capaz de escapar do subdesenvolvimento. Nem explicar os avanços econômicos que, de uma forma ou de outra, ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos. Por isso Furtado nem sempre foi final à sua própria teoria do subdesenvolvimento, embora ela seja poderosa para explicar, por exemplo, a quase-estagnação em que vive o Brasil e a América Latina nos últimos 20 anos.

O fato de estarmos presos ao subdesenvolvimento não nos deve perder de vista a possibilidade do desenvolvimento, alerta Furtado. O desenvolvimento é uma realização do homem através da qual ele realiza suas potencialidades. Potencialidades que só são plenas nos quadros de uma sociedade aberta. Portanto, ele conclui, somente uma sociedade democrática e pluralista é apta para um verdadeiro desenvolvimento.

O desafio que os jovens economistas enfrentam continua semelhante ao que Furtado enfrentou 50 anos antes. Em seu trabalho, dois ingredientes são necessários: a imaginação e a coragem para arriscar na busca do incerto, e para afirmar, de um lado, os valores universais, e de outro, o interesse nacional. Furtado fez da sua vida a afirmação dessas duas virtudes maiores, e dessas duas grandes ordens de valores. Em suas palavras, “minha longa caminhada foi balizada por duas referências que creio maiores: o compromisso ético com valores universais e a confiança na liderança de forças sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional”. Foi, como ele próprio se afirma, um heterodoxo, que sempre soube que os consensos ou os caminhos trilhados são de pouca valia. Porque, conclui Furtado, o economista, “à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a auto-confiança e perderá a perplexidade”.

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Professor da Fundação Getúlio Vargas